

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N.º de 2008. (Dos Srs. João Campos)

Solicitam a realização, por esta Comissão, de um Seminário para discutir a aplicação os avanços e as dificuldades existentes nesses 18 anos de atuação do “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos regimentais, que seja realizado, por esta douta Comissão, no dia 03 de setembro do corrente ano, um Seminário sobre “Estatuto da Criança e do Adolescente”, a fim de debater com autoridades e técnicos do setor, os quais também estão organizados por meio de Conselhos Nacionais.

Justificativa

O Seminário sobre o ECA visa, sobretudo, disseminar a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, com formato educativo sobre a citada lei. Crendo que através da educação é possível mudar conceitos, ideologias e até mesmo a cultura aprendida, através de seu caráter educativo, o Seminário sobre o ECA tem o intuito de produzir comportamentos mais

adequados e instruídos sobre o que é aprendido, e consequentemente o surgimento novas práticas.

É necessário que as pessoas reconheçam o ECA como Lei Federal, fato que é desconhecido pela grande maioria, que conhecem o Sistema de Garantia de Direitos que funciona através de um conjunto articulado de ações, como prevê o ECA, e que passem a respeitar suas previsões com o objetivo de respeitarem as crianças e adolescentes como sujeitos de direito.

Em tempos onde os direitos de crianças e adolescentes são praticamente banalizados com recorrentes violações ganhando espaço na mídia e sensibilizando a população, é necessário assumir uma posição diante das contingências apresentadas com o objetivo de reverter tal situação, educando e instruindo sobre o ECA, que apesar da maioridade alcançada nesse 13 de julho, ainda encontra grandes dificuldades de efetivação. O momento é propício para tal articulação, para abrilhantar e enriquecer tal articulação com palestras e abordagens pertinentes. Eis, pois, a conveniência da Comissão de Seguridade Social e Família realizar um seminário onde a partir dos temas elencados pudéssemos avaliar os avanços obtidos, as principais dificuldades encontradas (pela sociedade e pelo poder público) e quais aperfeiçoamentos devem ser implementados ao ECA. Sem embargo de outras sugestões, poderemos abordar o papel dos Conselhos Tutelares e suas dificuldades, a eficácia das medidas sócio-educativas, a maioridade penal, o financiamento das ações, experiências exitosas e outras.

1. Maria Luiza Moura - Presidente do CONANDA
2. Carmem Silveira de Oliveira - Subsecretária da Subsecretaria de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes - SEDH
3. Dr. Edson Séda de Moraes - Advogado, Assessor Jurídico do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA)
4. Dr. Eduardo Rezende Melo - Presidente da ABMP - Associação Brasileira de Magistrados e Promotores
5. Dr. Wanderlino Nogueira Neto - Coordenador de Projetos de Formação da ABMP, Procurador de Justiça (aposentado)
6. Profº Benedito Rodrigues dos Santos - Coordenador Nacional do Pró-Conselho

7. Ana Lídia Fleury - Representante dos Conselhos Tutelares do Estado de Goiás - Região Centro-Oeste
8. Dr. Eduardo Rezende Melo (Maioridade Penal e Medidas Sócioeducativas);
9. Sr. Renê Dutra, Relações Institucionais do FCNCT(Fórum Nacional Colegiado de Conselheiros Tutelares),
10. Dr. Guilherme Schelb – Procurador da República.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2008.

JOÃO CAMPOS
Deputado Federal